



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Secretaria de Cultura e Economia Criativa
Diretoria do Museu da República

Termo de Referência - SECEC/GAB/DMR

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada em sinalização e comunicação visual para produção e instalação de adesivos em vinil recortado para a realização da exposição "34ª Bienal de São Paulo - Faz escuro mas eu canto: Itinerâncias", um recorte da 34ª Bienal de São Paulo, mostra a ser exposta no Museu Nacional da República de 11 de outubro a 04 de dezembro de 2022.
- 1.2. Todas as especificidades e detalhamentos dos serviços a serem prestados constam neste instrumento, no Termo de Referência e em seus anexos.

2. JUSTIFICATIVA:

- 2.1. Receber o recorte da 34ª Bienal de São Paulo, pela exposição de motivos que se segue, contribui de maneira relevante para o aumento da qualidade das entregas do Museu Nacional da República à população do Distrito Federal.
- 2.2. A criação da Bienal de São Paulo e a construção de Brasília são frutos de uma mesma época, de um mesmo sonho, sob a égide do modernismo no Brasil.
- 2.3. Sobre a Bienal de São Paulo, destaca-se que se trata da exposição coletiva de Artes Visuais mais importante do Brasil, realizada em São Paulo desde 1951. A primeira Bienal foi realizada no belvedere do Trianon, onde hoje é o Museu de Arte de São Paulo (MASP). A partir de 1954, passa a ocupar o Pavilhão Ciccillo Matarazzo, conhecido como Pavilhão da Bienal, no parque Ibirapuera, cujas edificações foram concebidas com fins culturais por Oscar Niemeyer. Em poucos anos, a Bienal se torna um dos eventos mais importantes do mundo das artes visuais, ao lado da Bienal de Veneza e, posteriormente, da Documenta de Kassel.
- 2.4. Em 1960, foi inaugurada, por Juscelino Kubitschek, a nova capital federal. Idealizada desde 1956 pelos arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, Brasília constituiu-se o maior núcleo de patrimônio histórico tombado mundialmente. A modernidade passou de sentimento a fato, tendo Brasília materializado todas as aspirações do movimento.
- 2.5. Em 2019, o Museu Nacional da República (MuN), museu de artes visuais mais importante da região Centro-Oeste, equipamento cultural administrado pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, recebeu, pela primeira vez, a 33ª edição da Bienal de São Paulo. Desde lá foi estabelecida parceria com a Fundação Bienal de São Paulo para colocar o MuN no circuito das itinerâncias das futuras edições. Assim, em 2022, o Museu Nacional da República pretende sediar a 34ª edição que ocupará sua Galeria Principal e Mezanino, com data de inauguração prevista para o dia 11 de outubro deste ano.
- 2.6. Integrando o programa de mostra itinerante – que consiste em levar a capitais do país recortes da exposição original para promover novas associações e diversas ações culturais com professores, educadores, o público e mediadores das instituições parceiras –, a presente exposição tem lugar no Museu Nacional da República por sua própria vocação em difundir as artes visuais.
- 2.7. A 34ª Bienal de São Paulo, com tema Faz escuro mas eu canto pretende reivindicar o direito à complexidade e à opacidade, tanto das expressões da arte e da cultura quanto das próprias identidades de sujeitos e grupos sociais. "Faz escuro mas eu canto", título desta edição, mais que como um tema, é um verso do poeta amazonense Thiago de Mello, publicado em 1965. Por meio desse verso, a mostra reconhece a urgência dos problemas que desafiam a vida no mundo atual, enquanto reivindica a necessidade da arte como um campo de encontro, resistência, ruptura e transformação. A 34ª Bienal de São Paulo tem a curadoria de Jacopo Crivelli Visconti, Paulo Miyada, Carla Zaccagnini, Francesco Stocchi e Ruth Estévez.
- 2.8. A contratação dos materiais e serviços aqui especificados se faz necessária para a comunicação visual das exposições que o Museu Nacional da República acolhe, em consonância com sua identidade visual. A comunicação visual é parte necessária e indispensável de uma exposição de arte, uma vez que identifica e orienta a leitura das obras ali expostas.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 3.1. A contratação obedecerá ao disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como demais normativos constantes neste instrumento.

4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 4.1. O critério de julgamento adotado será o de menor preço **global**, em atenção ao Art. 33 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e exigências contidas neste Termo de Referência e/ou Edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, em consonância com o disposto no Art. 59, Inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 4.3. A adjudicação por preço **global** por um mesmo fornecedor visa tão somente assegurar a correta prestação dos serviços, vez que a existência de fornecedores distintos para cada um dos itens poderia trazer problemas operacionais, bem como custos adicionais ao contrato, de tal sorte, infere-se que a escolha em questão foi baseada na necessidade de operacionalização dos serviços que comporão o pretense contrato, objetivando garantir um nível de operacionalização do serviço como um todo, já que os itens fazem parte de conjunto que deverá ser harmônico e complementar entre si.
- 4.4. No tocante aos aspectos legais que envolvem a matéria, faz-se prudente destacar que não se configura, salvo outro entendimento, ilegalidade na realização do aludido certame licitatório com previsão de adjudicação por preço global, e não por itens, tendo em vista que os serviços encontram-se integrados por itens de uma mesma natureza e que guardam estreita relação.
- 4.5. Impende ainda destacar que, comparativamente à adjudicação por item, a adjudicação global, no presente caso, não restringe a competitividade do certame, pois não inviabiliza a participação de empresas especializadas em um único gênero, em favor de grandes distribuidores atacadistas ou prestadores de serviços, dada a natureza dos materiais e serviços definidos no termo de referência.
- 4.6. Por derradeiro, considerando todas as informações consignadas no presente termo de referência, entende-se por suficientes as razões técnicas que demonstram necessário promover o agrupamento sugeridos como medida tendente a propiciar contratação mais vantajosa aos interesses da Administração.

5. DA DESCRIÇÃO DOS ITENS

Item	Descrição	Qtidade	Medida (A x L)	Unidade de medida
1	Vinil recortado em formato retangular para plotagem de texto. Adesivo em cor 4 x 0. Medidas da peça: 250 cm x 92 cm	5	250 cm x 92 cm	CM
2	Vinil recortado em formato retangular para plotagem de texto. Adesivo em cor 4 x 0. Aplicado em placa de poliestireno (PS) 4 mm Medidas da peça: 24 cm x 40 cm	50	24 cm x 40 cm	CM
3	Vinil recortado em formato retangular para plotagem de texto. Adesivo em cor 4 x 0. Aplicado em placa de poliestireno (PS) 4 mm Medidas da peça: 32 cm x 50 cm	10	32 cm x 50 cm	CM
4	Vinil recortado para plotagem de texto (letras recortadas). Adesivo em cor 4 x 0. Aplicação em parede interna. Medida da área do texto: 400 cm x 300 cm	1	400 cm x 300 cm	CM
5	Vinil recortado para plotagem de texto (letras recortadas). Adesivo em cor 1 x 0. Aplicação em parede interna. Medida da área do texto: 100 cm x 60 cm	2	100 cm x 60 cm	CM
6	Vinil recortado para plotagem de texto (letras recortadas). Adesivo em cor 1 x 0. Aplicação em parede interna. Medida da área do texto: 100 cm x 80 cm	1	100 cm x 80 cm	CM
7	Vinil recortado para plotagem de texto (letras recortadas). Adesivo em cor 1 x 0. Aplicação em parede interna. Medida da área do texto: 200 cm x 200 cm	1	200 cm x 200 cm	CM
8	Vinil recortado para plotagem de texto (letras recortadas). Adesivo em cor 4 x 0. Aplicação na fachada. Medida da área do texto: 800 cm x 500 cm	1	800 cm x 500 cm	CM

5.1. As empresas participantes poderão sanar dúvidas sobre as especificações por meio do e-mail: museu@cultura.df.gov.br.

6. DO PRAZO

6.1. O fornecimento será efetuado em remessa Única com prazo de entrega não superior a 5 dias úteis contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento de contrato, quando for o caso.

6.2. Com o objetivo de verificar sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, o recebimento dos serviços será realizado:

6.3. **Provisoriamente**, no ato da entrega, para posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação constante do presente termo; e

6.4. **Definitivamente**, em até 1 (um) dia útil, antes do evento, após verificar que o serviço entregue possui todas as características especificadas neste Termo de Referência.

6.5. Os serviços que forem prestados em desacordo com o especificado deverão ser refeitos pela contratada até 01 (um) dia antes da abertura da exposição e o seu descumprimento poderá acarretar sanções conforme previsto na legislação vigente.

6.6. Informamos pela impossibilidade de prorrogação do prazo de entrega.

6.7. Caso, após o recebimento provisório, seja constatado que os serviços possuem vícios aparentes ou redibitórios ou estão em desacordo com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e seus anexos, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento até que sejam sanadas as inconformidades.

6.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço e/ou bem, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

7. DO LOCAL PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Os serviços deverão ser prestados conforme os projetos anexos a este Termo de Referência, no Museu Nacional da República, no Setor Cultural Sul, lote 02, CEP 70070-150, Brasília DF.

7.2. Horário para realização dos serviços e execução do projeto: das 8h às 22h, de segunda a domingo, conforme agendamento prévio com o gestor da Unidade.

7.3. Prazo para entrega / conclusão do projeto: 10 de outubro de 2022.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. O cumprimento dos prazos e demais exigências deste Termo de Referência.

8.2. A leitura de todas as condições da contratação constantes neste Termo de Referência, não sendo admitida alegação posterior de desconhecimento.

8.3. A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

8.4. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

- 8.5. Responsabilizar-se das eventuais despesas decorrentes do fornecimento do objeto do presente Termo de Referência, qualquer que seja o valor, e cumprir todas as obrigações constantes do Edital Licitatório.
- 8.6. Instruir seus empregados a respeito das disposições presentes no contrato.
- 8.7. Designar preposto, aceito pela contratante, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.
- 8.8. Prestar todas as informações solicitadas pela contratante, de forma clara e concisa.
- 8.9. Permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização pela Contratante em relação aos produtos adquiridos.
- 8.10. Garantir durante o período da execução dos serviços o pronto atendimento dos chamados, inclusive aos sábados, domingos e feriados e ainda aos chamados da contratante nos casos de panes dos equipamentos, devendo para tanto ser informado pela contratada os números de telefones dos plantonistas para atuarem nos casos de emergências.
- 8.11. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicialmente contratado, do Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 8.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos Arts. 103 e 124, da Lei nº 14.133/2021.
- 8.14. A Contratada fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 143, de 27 de julho de 2017, que regulamenta a Lei Distrital nº 5.448/2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.
- 8.15. Zelar pelo sigilo e segurança das informações repassadas pelo Contratante;
- 8.16. Zelar pelas condições ideais de limpeza, higiene e segurança do local no qual se realizarem os serviços contratados;
- 8.17. Programar os serviços de forma a compatibilizá-los com os horários de serviço do órgão demandante e dimensionar as equipes necessárias para o cumprimento do prazo contratual.
- 8.18. Manusear e transportar as peças com os devidos cuidados especiais de forma a não prejudicar acabamentos.
- 8.19. Notificar à Administração por escrito de qualquer anormalidade detectada, seja na execução do serviço, seja no estado geral de conservação em que se encontra o bem a ser recuperado;
- 8.20. A contratada deverá garantir atendimento durante finais de semanas e feriados, devendo para tanto fornecer contatos telefônicos dos técnicos para atendimento em casos de emergências.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Receber o objeto do contrato e atestar a Nota Fiscal/Fatura.
- 9.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com o Termo de Referência e proposta de preços.
- 9.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização na entrega e recebimento do objeto contratado, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando, dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 9.4. Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições em relação aos materiais fornecidos.
- 9.5. Aplicar as sanções regulamentares e contratuais se necessário.
- 9.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa contratada.
- 9.7. Comunicar à contratada as eventuais irregularidades observadas no fornecimento dos materiais/serviços adquiridos para adoção das providências saneadoras.
- 9.8. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela contratada.
- 9.9. Rejeitar, no todo ou em parte, os bens em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada.
- 9.10. Notificar à contratada eventuais irregularidades no cumprimento das obrigações contratuais.
- 9.11. Emitir relatórios sobre os atos relativos à execução do contrato que vier a ser firmado, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços, à exigência de condições estabelecidas e proposta de aplicação de sanções.
- 9.12. Designar servidor como executor para o contrato ao qual serão incumbidas as atribuições legais.
- 9.13. Impor sanções contratuais caso suas demandas de correção de irregularidades, notificadas à contratada, não sejam corrigidas dentro do prazo estabelecido.

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 10.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência em quantidades, características e prazos mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado; nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

11. DA NÃO APLICAÇÃO DA COTA RESERVADA

- 11.1. A Lei Distrital nº 4.611/2011, que regulamenta no Distrito Federal o tratamento favorecido as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, em seu artigo 26, in verbis:

Art. 26. Será estabelecida cota reservada para as entidades preferenciais nas licitações para aquisição de bens, serviços e obras de natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto. (negritou).

Art. 28. Não se aplica o disposto neste capítulo quando: I - estudo prévio indicar que não será vantajoso para a Administração ou representará prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

- 11.2. Com a observância da citada legislação, cumpre registrar que tal proveito não se aplica à contratação almejada, tendo em vista que a logística implícita a ser empregada pressupõe necessidade de pessoa jurídica com capacidade robusta de insumos para sua execução, em especial no que diz respeito à

logística dos recursos a serem empregados e, ainda, por ser objeto de natureza indivisível.

11.3. Assim, a licitação foi consignada através de Lote Único, com o intuito de manter a atratividade e a concorrência para os serviços descritos, visando o objetivo de que todas as empresas do ramo considerem a opção de participar e assim tornar o procedimento licitatório mais vantajoso à Administração Pública, com o intuito, inclusive, de ampliar a competição entre os fornecedores sem perda da economia de escala.

11.4. Restando cristalina a responsabilidade quanto ao funcionamento e ao atendimento de todos os critérios técnicos e de qualidade do serviço a ser executado, não sendo possível ter mais de um fornecedor responsável, dentro de um mesmo lote.

12. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

12.1. A Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal deve acompanhar e fiscalizar a conformidade dos serviços executados, da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de representantes especialmente designados.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o Art. 120 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

12.3. O executor do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou pendências observadas, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias**, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

13.2. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação "*pro rata tempore*" do IPCA, nos termos do Art. 3º, do Decreto Distrital nº 37.121/2016.

14. DO CONSÓRCIO E DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. A participação de consórcios não será admitida, uma vez que o objeto a ser adquirido é amplamente comercializado por diversas empresas no mercado. Tal permissibilidade poderia causar dano à administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.

14.2. Pelo mesmo fato não há motivos para se admitir a subcontratação, de forma a gerar outros instrumentos contratuais e consequentemente outras atribuições à administração pública. Deste modo, é vedada a subcontratação do objeto.

15. DA SUSTENTABILIDADE

15.1. A contratada deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no Art. 2º, da Lei Distrital nº. 4.770/2012, em conformidade com o Decreto nº. 7.746/2012, que estabelece a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

16. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da execução é aquela prevista na legislação vigente.

17. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

17.1. O termo de contrato de fornecimento poderá ser substituído pela Nota de empenho na forma do inciso I do artigo 95 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observando as disposições deste Termo de Referência.

18. DA LICITAÇÃO EXCLUSIVA

18.1. Em observância aos Arts. 25, da Lei Distrital nº 4.611/2011 e 7º, do Decreto Distrital nº 35.592/2014, a presente licitação deverá ser destinada à participação exclusiva das entidades preferenciais.

19. EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

Elaborado por:

SARA SEILERT
Diretora
MUSEU NACIONAL DA REPÚBLICA



Documento assinado eletronicamente por **SARA SEILERT - Matr.0240598-9, Diretor(a) do Museu da República**, em 30/08/2022, às 12:01, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?



acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= 94497043 código CRC= D1D47494.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor Cultural Sul, Lote 2 - Edifício da Biblioteca Nacional - Bairro Asa Sul - CEP 70070-150 - DF

00150-00005774/2022-18

Doc. SEI/GDF 94497043